

Apeminas dedica atenção à PEC 63/2013



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), pediu aprofundamento do debate sobre a matéria, para que seja votada até o final de 2022

A Apeminas, junto com a Anape, está acompanhando a tramitação da PEC 63/2013, que resgata o chamado 'quinqüênio' para magistrados e membros do Ministério Público e, agora, também para defensores públicos e ministros do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo ressalta a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, a não inclusão da Advocacia Pública "desestabiliza o sistema de Justiça, enfraquecendo a defesa das políticas públicas idealizadas pelo próprio Parlamento". Para ela, "essa mudança é gravíssima, pois é uma alteração da nossa Constituição, dificultando, mais adiante, o reequilíbrio dessas forças".

Célia ressalta que a Apeminas continuará alerta em relação à PEC, pois, embora tenha sido retirada de votação no dia 30 de novembro, pode voltar a ser pautada já na próxima semana, antes do recesso parlamentar, em 22 de dezembro. Ao lado da Anape, a Associação mineira tem trabalhado junto aos senadores, para demonstrar os efeitos negativos do enfraquecimento da Advocacia Pública para a sociedade.

Tramitação – O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, retirou a PEC da pauta de votações do Plenário do Senado, após muita polêmica e em

atendimento a pedido de senadores. Originalmente, a PEC previa o restabelecimento do pagamento de adicional por tempo de serviço para juizes e membros do Ministério Público, mas como o relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), acolheu emendas, foram incluídos os defensores públicos e membros do Tribunal de Contas da União (TCU).

O texto resgata o chamado 'quinqüênio' (adicional de 5% da remuneração a cada cinco anos), benefício extinto em 2006. O reajuste, em alguns casos, pode chegar a 35% e não será contado para efeitos do teto constitucional, atualmente fixado em R\$ 39,2 mil.

Aprofundamento - O relator, Eduardo Gomes, pediu aprofundamento do debate sobre a matéria nos próximos dias, para que ela seja votada antes do final de 2022. O adiamento da votação foi pedido pelos senadores Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), Paulo Rocha (PT-PA), Carlos Viana (PL-MG) e Jaques Wagner (PT-BA), entre outros. O argumento de Oriovisto Guimarães é o de que a Constituição exige que uma proposta legislativa dessa natureza tenha estimativa de impacto orçamentário.

Injustiças sociais - Já o senador por Minas Gerais, Carlos Viana, pontuou que o país tem outras prioridades no momento atual de transição de governo. "Nós queremos um país onde as questões salariais sejam valorizadas da forma correta. Mas se nós vamos corrigir injustiças sociais, vamos começar pela PEC dos R\$ 600, para os que ganham menos. Vamos discutir primeiro o orçamento do ano que vem e a complementação da renda para as famílias mais pobres do país. No próximo ano, com toda tranquilidade, nós discutimos o fim dos supersalários, discutimos a questão da magistratura, podemos até rediscutir a questão do quinqüênio, mas não é o momento para isso", enfatizou.

Supersalários - De acordo com Rodrigo Pacheco, a PEC 63 é uma antiga reivindicação para reestruturação da carreira da magistratura e que a ideia é conjugar esta PEC com a aprovação, também, do PL 2.721/2021, que combate supersalários de agentes públicos, ao disciplinar o pagamento de auxílios que driblam o teto constitucional. Segundo ele, a reestruturação vai evitar que magistrados no final da carreira recebam menos que magistrados iniciantes. *(Com informações da Agência Senado).*

Dirigentes das associações buscam interlocução com os senadores

Os dirigentes da Anape e das associações estaduais, dentre as quais a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, estão em Brasília desde o início dessa semana, na tentativa de estabelecer um contato pessoal com os representantes de cada unidade federal no Senado, na intenção de evidenciar o absurdo que é o enfraquecimento da Advocacia Pública que essa PEC promove.

“Viemos aqui para demonstrar ao Parlamento quão paradoxal é o desequilíbrio de forças entre as carreiras essenciais à Justiça. Implementar essa mitigação da Advocacia Pública em sede constitucional representa um retrocesso sistêmico e estrutural do ordenamento jurídico, difícil de ser restaurado”, critica.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Apeminas, junto com a Anape, tem feito contato com os senadores para evidenciar que o enfraquecimento da Advocacia Pública prejudica a condução de políticas públicas



Célia Cunha Mello percorreu o Senado ao lado dos procuradores federais da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni) e de procuradores estaduais.

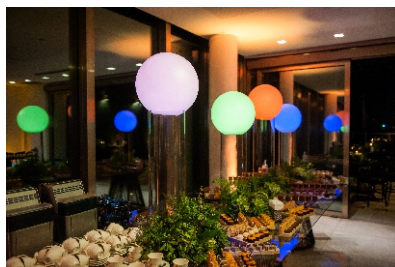
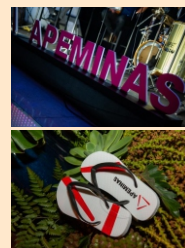
Ainda segundo Célia, “de nada adianta ao Parlamento idealizar políticas públicas excelentes, se não contarmos, no fim da linha, com uma Advocacia Pública forte e independente, para assegurar eficácia a essas políticas públicas na vida cotidiana da população. Aprovar essa PEC 63, nos termos atuais, significa impor ao cidadão, como destinatário e usuário das políticas de saúde, educação, segurança pública, dentre outras, prejuízos intoleráveis e, em tudo, incompatíveis com os princípios balizares do Estado Democrático de Direito.”

Para acompanhar a tramitação da PEC 63/2013, clique [aqui](#).

Apeminas reuniu associados e convidados em grande festa

A festa de confraternização realizada pela Apeminas, no último sábado (3), na Casa Das Haus, em Belo Horizonte, reuniu cerca de 200 pessoas, entre associados e seus convidados, em um encontro bastante animado. O evento contou com a participação de procuradores do Estado ativos e inativos da capital e também do interior, e foi prestigiado também por amigos e parceiros, representantes de outras entidades.

Embalados por DJ, pela banda UP e pela cantora Maria Elisa, os convidados puderam curtir bastante a pista de dança. Tudo foi planejado para oferecer o máximo de conforto e alegria para os participantes, incluindo o ambiente, drinks, buffets e as atrações musicais. A partir de amanhã (8), as fotos da festa estarão disponíveis no site da Apeminas, na área do associado.



Newsletter
APE NEWS

Facebook > [facebook.com/apeminas](https://www.facebook.com/apeminas) Twitter > twitter.com/apeminas
Instagram > [instagram.com/apeminas](https://www.instagram.com/apeminas) LinkedIn > [linkedin.com/company/apeminas](https://www.linkedin.com/company/apeminas)

Rua Espírito Santo, 466/sala 1506 – Centro – CEP: 30160-916 – BH / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP
> Redação: Andrea Rocha
> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi